

quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

12.4 — Opção por métodos de selecção nos termos do n.º 2 do artigo 53.º da LVCR: excepto quando afastados, por escrito, pelos candidatos que, cumulativamente, sejam titulares da categoria e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de mobilidade especial, se tenham por último encontrado, a cumprir, ou a executar a atribuição, competência ou actividade caracterizadoras dos postos de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, os métodos de selecção a utilizar no seu recrutamento são os seguintes:

12.4.1 — Avaliação Curricular: visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida, nos termos do artigo 11.º da Portaria. É expressa numa escala de 0 a 20 valores.

12.4.2 — Entrevista de Avaliação de Competências: visa obter através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. O método é avaliado segundo níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

12.5 — Cada um dos métodos utilizados é eliminatório pela ordem enunciada e será excluído o candidato que obtenha uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguinte.

12.6 — Em situação de igualdade de valoração, entre candidatos, a ordenação final dos mesmos será efectuada segundo os critérios de preferência previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01 alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril.

13 — Composição do Júri:

Presidente: Armindo Vaz Batista — Chefe de Divisão de Gestão, Conservação e Administração Urbana;

Vogais efectivos: Cristina Amélia Teixeira da Silva — Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Alexandre Francisco Jorge Gonçalves, Técnico Superior da DPDE.

Vogais suplentes: Conceição Maria Moreira Clemente e Eulália Cristina Valadares Gonçalves, ambas técnicas Superiores da DGCAU.

14 — São facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas, as actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método.

15 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de selecção intercalar é efectuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do Município de Ribeira de Pena e disponibilizada na sua página electrónica (www.cm-rpena.pt).

16 — A publicitação da lista unitária de ordenação final dos candidatos é efectuada por afixação em local visível e público das instalações do Município de Ribeira de Pena e disponibilizada na sua página electrónica.

17 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da CRP, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora promove activamente uma política de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciado escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2011/08/02. — O Presidente da Câmara, *Dr. Agostinho Alves Pinto*.
304987944

MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO

Aviso n.º 15689/2011

Período de discussão pública

Proposta do Plano de Urbanização de S. Martinho do Campo

António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, faz público, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que a Câmara Municipal de Santo Tirso em reunião ordinária de 27 de Julho de 2011 deliberou determinar a abertura do período de Discussão Pública sobre a proposta do Plano de Urbanização de S. Martinho do Campo, fixando o prazo de 33 dias úteis. O período de Discussão Pública, durante o qual os interessados poderão apresentar reclamações, observações ou sugestões, terá início no quinto dia posterior ao desta publicação no *Diário da República*.

A consulta da proposta do Plano de Urbanização de S. Martinho do Campo, assim como do respectivo relatório ambiental, a acta da conferência de serviços, a acta da reunião de concertação, e a apresentação de reclamações, observações ou sugestões, podem ser feitas na página da Internet da Câmara Municipal, em www.cm-stirso.pt, ou no Departamento de Planeamento e Habitação desta Câmara Municipal. As reclamações, observações ou sugestões podem ainda ser enviadas por correio para o endereço “Discussão Pública da Proposta do Plano de Urbanização de S. Martinho do Campo, Câmara Municipal de Santo Tirso, Praça 25 de Abril, 4780-373 Santo Tirso”, ou através de correio electrónico para o endereço pu.smartinhodocampo@cm-stirso.pt.

1 de Agosto de 2011. — O Vice-Presidente, *Luís Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues*.

204987417

MUNICÍPIO DE SOUSEL

Despacho n.º 9999/2011

No uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) n.º 2 do artigo 68.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada integralmente pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto nos n.º 8 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e no seguimento do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 3.º grau, aberto por aviso n.º 10906/2011, no *Diário da República* 2.ª série n.º 94, de 16 de Maio de 2011, na Bolsa de Emprego Público no dia 16 de Maio de 2011 e no Correio da Manhã de 17 de Maio de 2011, homologo a proposta de nomeação que me foi apresentada pelo júri do procedimento em 6 de Julho de 2011 e nomeio em Comissão de Serviço, pelo período de 3 anos, no cargo de Direcção intermédia de 3.º Grau — Chefe de Divisão Turismo, Cultura, Desporto, Juventude e Rede Social, Marta Susana Rebocho Carujo, por ser esta a candidata que possui as competências adequadas ao lugar a prover, sendo detentora do melhor currículo profissional e ter realizado a melhor entrevista pública de selecção, bem como os definidos no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à Administração Local pelo artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, com efeitos a partir do presente despacho de nomeação.

Nota curricular

Nome: Marta Susana Rebocho Carujo
Data de Nascimento: 2 de Dezembro de 1978
Habilitações Literárias: Licenciatura em Sociologia
Pós-Graduação em Administração Pública, Desenvolvimento Regional e local
Pós-Graduação em Gestão Autárquica avançada
18-04-2011 — Nomeada em regime de substituição Chefe de Divisão de Turismo, Cultura, Desporto, Juventude e Rede Social, da Câmara Municipal de Sousel, no âmbito da reestruturação operada pela Lei n.º 305/2008, de 23 de Outubro
12-05-2008 — Admissão no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal na categoria de técnica superior de 2.ª classe
01-02-2008 — Nomeada responsável pelo Sector de Turismo
01-10-2007 — Nomeada responsável pelo Sector de Cultura, Desporto e Juventude e Sector de Rede Social da Câmara Municipal de Sousel
02-05-2007 — Admissão na Câmara Municipal de Sousel em regime de Contrato de trabalho a termo certo na categoria de Técnica Superior

22 de Julho de 2011. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Armando Varela*.

304952919

Despacho n.º 10000/2011

No uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) n.º 2 do artigo 68.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada integralmente pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto nos n.º 8 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e no seguimento do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 3.º grau, aberto por aviso n.º 10906/2011, no *Diário da República* 2.ª série n.º 94, de 16 de Maio de 2011, na Bolsa de Emprego Público